

ESCÂNDALO/RAMIFICAÇÕES

José Paulo Lacerda/AE—21/10/93

Alves ameaça revelar nomes dos "culpados"

Deputado avisa que não vai carregar sozinho ônus de ter comandado esquema de corrupção

BRASÍLIA — O deputado João Alves (sem partido-BA), citado como principal integrante do esquema de manipulação de verbas públicas, ameaçou ontem entregar o nome dos "verdadeiros culpados" antes de a Comissão de Justiça da Câmara examinar a relação da CPI do Orçamento de parlamentares que serão alvo de processo de cassação de mandato. Ele afirmou que não pretende continuar carregando sozinho as acusações de ter comandado o esquema de corrupção do Orçamento, enquanto os responsáveis "posam de honestos".

"Isso terá de acontecer amanhã ou depois", assegurou João Alves. "Os fatos vão clarear antes de chegar à Comissão de Justiça. Ele admitiu ter havido a manipulação do Orçamento, mas por "todos os parlamentares que apresentaram emenda em 1991". Segundo ele, sua previsão de gastos de 1% para emendas e 2% para investimentos foi ampliada para 3% e 25% pelos novos integrantes da Comissão Mista de Orçamento, quando ele entregou a relatoria ao deputado Ricardo Fiúza (PFL-PE). "O Congresso todo entrou no Orçamento de 91", acusou.

O deputado Sigmaringa Seixas (PSDB-DF) vai requerer esta semana o testemunho do funcionário do Congresso Roberval Batista de Jesus. Roberval foi demitido em 1991, depois de apontar em relatório que a estrutura da Comissão de Orçamento facilitava as irregularidades. Na ocasião, o pedido de instalação de uma CPI foi arquivado por decisão da Mesa Diretora do



"Os fatos vão clarear em breve"

Congresso, segundo informou o deputado Ibsen Pinheiro (PMDB-SP) em seu depoimento na sexta-feira.

"Os fatos mostram que havia um pessoal que controlava o Orçamento e naquela época o pedido de instalação de uma CPI para apurar os fatos foi arquivado" disse Sigmaringa. Ele acha que Roberval poderá esclarecer estes fatos à CPI.

TCU — O Congresso será investigado pelo Tribunal de Contas da União (TCU), que vai promover uma auditoria nas subvenções sociais liberadas pela Câmara dos Deputados e pelo Senado para entidades privadas nos dois últimos anos.

As duas Casas integram uma lista de 27 órgãos e entidades que sofrerão investigação especial do tribunal no primeiro semestre do próximo ano.

As investigações serão estendidas às Secretarias de Controle Interno dos Ministérios do Bem-Estar Social, Educação, Fazenda e Integração Regional para apurar "a qualidade dos controles que vêm exercendo nos convênios, acordos, e ajustes firmados com órgãos e entidades públicas, e às subvenções sociais, auxílios e contribuições a entidades privadas".

SUBVENÇÕES
SERÃO
EXAMINADAS
PELO TCU